

14/02/2012

SEGUNDA TURMA

**HABEAS CORPUS 94.089 SÃO PAULO**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. AYRES BRITTO</b>
<b>PACTE.(S)</b>	<b>: JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: RAIMUNDO OLIVEIRA DA COSTA</b>
<b>COATOR(A/S)(ES)</b>	<b>: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>

EMENTA: *HABEAS CORPUS*. NULIDADE. RECURSO EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE REALIZADO POR DESEMBARGADOR QUE PARTICIPOU DO JULGAMENTO DA AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. IMPEDIMENTO NÃO-CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.

1. As hipóteses de impedimento descritas no art. 252 do Código de Processo Penal constituem um rol exaustivo. Pelo que não há ilegalidade ou abuso de poder se o juízo de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário foi realizado por magistrado que participou do julgamento de mérito da ação penal originária. Precedentes: HCs 97.293, da relatoria da ministra Cármen Lúcia (Primeira Turma); 92.893, da relatoria do ministro Ricardo Lewandowski (Plenário); e 68.784, da relatoria do ministro Celso de Mello (Primeira Turma). Atuação jurisdicional autorizada expressamente pelo Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

2. Ordem denegada.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal em denegar o *habeas corpus*, o que fazem nos termos do voto do Relator e por unanimidade de votos, em sessão presidida pelo Ministro Ayres Britto, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

MINISTRO AYRES BRITTO - RELATOR

14/02/2012

SEGUNDA TURMA

**HABEAS CORPUS 94.089 SÃO PAULO**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. AYRES BRITTO</b>
<b>PACTE.(S)</b>	<b>: JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: RAIMUNDO OLIVEIRA DA COSTA</b>
<b>COATOR(A/S)(ES)</b>	<b>: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>

## RELATÓRIO

### **O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR)**

Cuida-se de *habeas corpus*, aparelhado com pedido de medida liminar, impetrado contra acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça. Acórdão assim ementado (fls. 72):

“PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. NULIDADE. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO REALIZADO POR DESEMBARGADOR QUE PARTICIPOU DO JULGAMENTO DA AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. PROVIMENTOS EMITIDOS NA MESMA INSTÂNCIA. IMPEDIMENTO NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.

1. A causa de impedimento estampada no art. 252, inciso III, do CPP refere-se ao juiz que já se manifestou sobre a mesma questão de fato ou de direito em outra instância.

2. O desembargador que participou no julgamento da ação penal originária não está impedido de proferir o juízo de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário correspondentes, visto que ambos os provimentos são emitidos na mesma instância, de competência do Tribunal de justiça.

3. Ordem denegada.”

2. Pois bem, os impetrantes alegam que o desembargador Baptista Pereira “*não poderia ter proferido os atos decisório denegatórios dos apelos extremos, por total impedimento legal do exercício de mais de uma função relevante na APN nº 141/SP*” (fls. 06). Argumentam que o referido

**HC 94.089 / SP**

magistrado presidiu a sessão de julgamento, proferiu voto oral e escrito e exerceu, ainda, o juízo de admissibilidade aos recursos excepcionais (especial e extraordinário). Pelo que entendem violado o princípio da imparcialidade do órgão julgador.

3. Presente essa moldura, a defesa postula a concessão de medida liminar para a imediata expedição de alvará de soltura do paciente. No mérito, pugna pelo reconhecimento da absoluta nulidade das decisões denegatórias de seguimento aos recursos especial e extraordinário, bem como dos processuais subsequentes.

4. À falta dos seus pressupostos, indeferi a liminar requestada. Oportunidade em que requisitei informações ao Superior Tribunal de Justiça e ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

5. A seu turno, a Procuradoria-Geral da República opinou pela denegação do *habeas corpus*.

É o relatório.

\* \* \* \* \*

14/02/2012

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 94.089 SÃO PAULO

VOTO

**O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR)**

Feito o relatório, passo ao voto. Fazendo-o, anoto, de saída, que João Carlos da Rocha Mattos (paciente) foi condenado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região a 4 (quatro) anos e 1 (um) mês de reclusão (Ação Penal originária 141/SP), pelos crimes de denúncia caluniosa e abuso de autoridade. Julgamento presidido pelo desembargador Paulo Octávio Baptista Pereira (então Vice-Presidente do Regional), o qual proferiu voto oral e escrito.

8. Muito bem. E o que alega a defesa? Alega violação ao inciso III do art. 252 do Código de Processo Penal<sup>1</sup>, dado que o referido magistrado, após presidir e votar pela condenação do acusado, exerceu o juízo de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário, seqüenciadamente interpostos. Pelo que, ao ver da impetração, o juízo de admissibilidade exercido por um magistrado que atuou no julgamento de mérito da ação penal é de ser anulado, pena de violação à “imparcialidade do julgador”.

9. Sem maiores delongas, tenho que a ordem é de ser denegada. É que a natureza da decisão de admissibilidade dos recursos excepcionais (recurso extraordinário e especial) não se confunde com a análise propriamente de mérito que é feita no julgamento da ação penal instaurada contra o acusado. Vale dizer: se no julgamento da ação penal a

---

1 “Art. 252. O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:

I - tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito;

II - ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções ou servido como testemunha;

**III - tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão;** IV - ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.”

**HC 94.089 / SP**

Casa de Justiça regional (da qual o desembargador Baptista Pereira faz parte) teve que se pronunciar quanto ao juízo de culpabilidade do paciente, por outro lado, ao se deparar com os recursos extraordinário e especial, Sua Excelência limitou-se a cumprir norma regimental quanto ao exame do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade desses recursos excepcionais. É o que estabelece o regimento interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, *in verbis*:

“Art. 22 – Compete ao Vice-Presidente:

I – substituir o Presidente, nas férias, nas licenças, nas ausências e em impedimentos eventuais;

II – decidir sobre a admissibilidade de recursos especiais e extraordinários;

[...]

§ 1º – O Vice-Presidente, no Plenário, exerce, também, as funções de Relator e Revisor.

[...]”

10. Presente essa moldura, não tenho como acatar a tese de nulidade argüida na impetração. Até porque é pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que as hipóteses de impedimento descritas no art. 252 do CPP constituem um rol exaustivo. Confira-se:

“*HABEAS CORPUS*. ALEGAÇÃO DE IMPEDIMENTO, NULIDADE E DE cabimento de habeas corpus contra decisão que inadmitir o processamento dos recursos extraordinário e especial. ORDEM DENEGADA.

1. O art. 252, inc. III, do Código de Processo Penal (“o juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que tiver funcionado como juiz de outra instância”) não preceitua qualquer ilegalidade em razão do juízo de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário ser realizado pelo juiz que julgou o recurso de apelação criminal.

[...]”

**HC 94.089 / SP**

(HC 97.293, da relatoria da ministra Cármen Lúcia – Primeira Turma.)

“PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRESIDÊNCIA DE INQUÉRITO. IMPEDIMENTO DO MAGISTRADO. INOCORRÊNCIA. ART. 255 do CPP. ROL TAXATIVO . PRECEDENTES. JUIZADO DE INSTRUÇÃO. INOCORRÊNCIA. INCOMPATIBILIDADE DO ART. 75 DO CPP COM A CONSTITUIÇÃO. INEXISTÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

I - As hipóteses de impedimento elencadas no art. 252 do Código de Processo Penal constituem um *numerus clausus*.

II - Não é possível, pois, interpretar-se extensivamente os seus incisos I e II de modo a entender que o juiz que atua em fase pré-processual desempenha funções equivalentes ao de um delegado de polícia ou membro do Ministério Público. Precedentes.

[...]”

(HC 92.893, da relatoria do ministro Ricardo Lewandowski – Plenário.)

“[...]

- As causas geradoras de impedimento (CPP, art. 252) e de suspeição (CPP, art. 254) do magistrado, são de direito estrito. As hipóteses que as caracterizam acham-se enumeradas, de modo exaustivo, na legislação processual penal. Trata-se de ‘*numerus clausus*’, que decorre da própria taxatividade do rol consubstanciado nas normas legais referidas.

[...]”

(HC 68.784, da relatoria do ministro Celso de Mello – Primeira Turma.)

11. Nessa contextura, se me afigura acertado o raciocínio desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que, ao prestar as informações de fls. 110 e seguintes, esclareceu o seguinte:

**HC 94.089 / SP**

“O impedimento previsto no inciso III do artigo 252 do CPP tem como fim garantir o efetivo duplo grau de jurisdição. Assim somente está impedido o juiz que pratica o ato decisório em outra instância, o que, definitivamente, não ocorreu à espécie.

O fato de o magistrado ter votado na sessão de julgamento por ele presidida, ante a ausência eventual da então Presidente da Corte, na forma regimental, não o torna impedido para exercer o juízo de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário interpostos na mesma ação penal.

Em princípio, a hipótese, por certo, não se amolda ao disposto no inciso III, do referido artigo 252, do Código de Processo Penal, visto que, para a configuração da situação de impedimento ali prevista, é necessário que o magistrado tenha atuado como juiz em outra instância, mas no mesmo processo. Ora, no caso, a atuação do Vice-Presidente no conhecimento (admissibilidade ou não) de recurso extraordinário e especial dá-se dentro de ‘competência administrativa delegada’ dos Tribunais Superiores (STF e STJ).

Não é o magistrado delegatário-detentor de qualquer margem de julgamento quanto ao mérito dos recursos. Deverá, isto sim, examinar apenas as formalidades extrínsecas recursais, cabendo ao respectivo Tribunal Superior, caso admitido o recurso, examinar-lhe os requisitos intrínsecos de mérito. Tal atividade não se choca com aquela outra decorrente do direito inalienável que o membro do Tribunal tem de participar de julgamento de sua Corte.

[...]

Na verdade, pretendem os impetrantes interpretação extensiva do conceito de instância, contida no inciso III do artigo 252 do Código de Processo Penal. Todavia, o impedimento somente ocorre nos casos em que o magistrado atue, no mesmo processo, em primeiro e segundo grau jurisdicional, o que não é o caso.

A finalidade da regra prevista no artigo 252, III do CPC é garantir o acesso ao duplo grau de jurisdição, previsto

**HC 94.089 / SP**

constitucionalmente.

[...]"

12. Nessa mesma linha de raciocínio, reproduzo o parecer ministerial público, que me parece juridicamente acertado:

"[...]

9. No caso dos autos, os provimentos questionados não se revestem de qualquer irregularidade que possa ser traduzida em ofensa à imparcialidade do juiz, uma vez que o julgamento da APN nº 141/SP foi presidido pelo em. Des. BAPTISTA PEREIRA conforme previsão regimental (ausência eventual da então Presidente da Corte), tendo votado e atuado legitimamente como membro integrante da Corte Regional; de outro lado, ao exercer o juízo de admissibilidade (negativo) dos recursos excepcionais (atribuição também prevista no regimento interno), limitou-se à verificação da presença de pressupostos recursais (extrínsecos), mantendo incólumes os questionamentos relativos ao mérito da controvérsia, cuja apreciação compete aos Tribunais Superiores.

10. Por fim, vale frisar que essa Egrégia Suprema Corte no julgamento do AI nº 643.632/SP (Rel. Min. Carlos Britto), desproveu o recurso em questão, mantendo o trancamento do recurso extraordinário por manifesta inviabilidade, corroborando a inacessibilidade do apelo à excepcional instância mencionada por ocasião do juízo de admissibilidade.

[...]"

13. Por tudo quanto posto, acolho o parecer do Ministério Público Federal e denego a ordem.

14. É como voto.

\*\*\*\*\*





**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**HABEAS CORPUS 94.089**

PROCED. : SÃO PAULO

**RELATOR : MIN. AYRES BRITTO**

PACTE.(S) : JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS

ADV.(A/S) : RAIMUNDO OLIVEIRA DA COSTA

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** *habeas corpus* denegado, nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 14.02.2012.

Presidência do Senhor Ministro Ayres Britto. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Joaquim Barbosa e Ricardo Lewandowski. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

Karima Batista Kassab  
Coordenadora